



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPIFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

A AULA-PASSEIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS: O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO EPISTEMOLÓGICO

THE FIELD TRIP IN INDIGENOUS TEACHER EDUCATION: TERRITORY AS AN EPISTEMOLOGICAL SPACE

Andréa Lemes Lustig¹

Alessandra Zezezokenazokero²

Maurecilde Lemes da Silva Santana³

Waghma Fabiana Borges Rodrigues⁴

RESUMO

O presente artigo analisa as contribuições da aula-passeio, fundamentada na pedagogia de Célestin Freinet, para a formação de professores indígenas da Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida na perspectiva do relato de experiência, realizada com acadêmicos da quinta etapa do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena. A experiência possibilitou a observação do território, o diálogo entre saberes, o trabalho colaborativo e a produção coletiva de conhecimentos. As análises evidenciam que, ao ser desenvolvida nesse contexto formativo, a aula-passeio é ressignificada pelas epistemologias indígenas, reconhecendo o território como espaço epistemológico e fortalecendo práticas pedagógicas interculturais e decoloniais comprometidas com os conhecimentos tradicionais, a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas.

Palavras-chave: Formação de professores indígenas. Aula-passeio. Interculturalidade.

ABSTRACT

This article analyzes the contributions of the field trip, grounded in Célestin Freinet's pedagogy, to the education of Indigenous teachers at the Intercultural Indigenous Faculty (FAINDI) of the State University of Mato Grosso (UNEMAT). This is a qualitative study, developed from the perspective of an experience report, conducted with students in the fifth stage of the Intercultural

1 Mestre, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, andrea.lustig@unemat.br

2 Graduada, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, alezemazokae@gmail.com

3 Doutora, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, maurecilde.lemes.santana@unemat.br

4 Mestre, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, waghma@unemat.br



Indigenous Pedagogy program. The experience enabled observation of the territory, dialogue among different forms of knowledge, collaborative work, and the collective production of knowledge. The analyses show that, when implemented within this educational context, the field trip is reinterpreted through Indigenous epistemologies, recognizing the territory as an epistemological space and strengthening intercultural and decolonial pedagogical practices committed to traditional knowledge, autonomy, and the agency of Indigenous peoples.

Keywords: Indigenous teacher education. Field trip. Interculturality

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo marco para os direitos dos povos indígenas no Brasil ao reconhecer sua organização social, suas línguas, seus costumes, suas tradições e o direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolidou esses princípios ao assegurar que os sistemas de ensino respeitem os processos próprios de aprendizagem, os conhecimentos tradicionais e as formas de organização de cada povo.

Nesse contexto, a formação de professores indígenas assume papel estratégico na construção de uma escola comprometida com os projetos de vida das comunidades. Mais que garantir o acesso ao ensino superior, torna-se necessário promover processos formativos que dialoguem com as diferentes cosmologias indígenas, valorizem os conhecimentos ancestrais e possibilitem aos futuros docentes atuarem como protagonistas na organização e no fortalecimento da educação escolar indígena.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas destaca que a escola deve constituir-se como espaço de valorização das identidades étnicas, das línguas originárias e dos conhecimentos tradicionais, articulando-os aos conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla. Entretanto, o próprio documento reconhece que um dos principais desafios consiste em transformar esses princípios em práticas pedagógicas efetivas no cotidiano escolar, capazes de materializar uma educação verdadeiramente intercultural (Brasil, 1998).

Essa perspectiva também é defendida por Gersem Baniwa (2006), ao afirmar que a educação escolar indígena somente alcança seus objetivos quando fortalece os projetos coletivos dos povos indígenas, respeita suas formas próprias de produzir conhecimentos e reconhece o protagonismo das comunidades na definição dos processos educativos. Para o autor, a escola indígena não deve reproduzir modelos homogêneos de ensino, mas constituir-se como espaço de diálogo entre diferentes saberes, contribuindo para a afirmação das identidades culturais e para a autonomia dos povos indígenas.



Nesse viés a formação de professores indígenas também se aproxima das discussões decoloniais, ao reconhecer que diferentes formas de produzir conhecimentos coexistem e possuem igual legitimidade. A educação escolar indígena deixa de assumir referenciais únicos e universalizantes para valorizar epistemologias historicamente invisibilizadas, reafirmando o território, a memória, a oralidade e os conhecimentos tradicionais como dimensões constitutivas dos processos educativos.

É nesse cenário que se insere a Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), criada para atender às demandas de formação superior de professores indígenas de diferentes povos do estado. Seu projeto pedagógico fundamenta-se na interculturalidade, na valorização dos territórios, das línguas e dos conhecimentos tradicionais, buscando formar educadores capazes de articular os saberes acadêmicos às realidades vivenciadas em suas comunidades.

Entre os inúmeros desafios da formação docente intercultural está a construção de metodologias que aproximem teoria e prática e que valorizem o território como espaço de aprendizagem. Nessa direção, a pedagogia de Célestin Freinet (2004) apresenta contribuições significativas, especialmente por meio da aula-passeio, metodologia que propõe a observação direta da realidade, a investigação, o trabalho colaborativo e a produção coletiva de conhecimentos. Ao deslocar o processo educativo para além da sala de aula, Freinet compreende que a aprendizagem tem significado quando nasce da experiência vivida e da curiosidade despertada pelo contato com o mundo.

Essa concepção aproxima-se da perspectiva defendida por Paulo Freire (2024), para quem ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, curiosidade, diálogo e leitura crítica da realidade. Em vez de uma educação alicerçada na transmissão de conteúdos, ambos os autores defendem uma prática pedagógica que reconhece os estudantes como sujeitos ativos na construção do conhecimento, favorecendo processos educativos comprometidos com a autonomia e a transformação social.

Foi a partir desse diálogo entre a pedagogia freinetiana e os princípios da educação escolar indígena que se desenvolveu a experiência apresentada neste artigo. A atividade foi realizada com acadêmicos da quinta etapa do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena da Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI/UNEMAT), tendo como eixo metodológico a aula-passeio, compreendida como oportunidade de observação do território, produção coletiva de conhecimentos e reflexão sobre a prática docente.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições da aula-passeio, fundamentada na pedagogia de Célestin Freinet (2004), para a formação de professores



indígenas da FAINDI/UNEMAT. Para tanto, busca contextualizar a formação de professores indígenas no âmbito da educação escolar intercultural, analisar a experiência da aula-passeio desenvolvida com os acadêmicos da FAINDI e refletir sobre as aprendizagens construídas e suas contribuições para a formação docente e para o fortalecimento de práticas pedagógicas contextualizadas nas comunidades indígenas.

O artigo está organizado em quatro seções. Inicialmente, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a formação de professores indígenas e a pedagogia de Freinet. Em seguida, descreve-se a metodologia e a experiência desenvolvida na FAINDI. Posteriormente, são discutidas as aprendizagens construídas durante a aula-passeio, articulando-as aos referenciais teóricos adotados. Por fim, apresentam-se as considerações finais, evidenciando as contribuições da experiência para a formação de professores indígenas e para o fortalecimento de uma educação escolar intercultural comprometida com os saberes, os territórios e a autonomia dos povos indígenas.

2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS, INTERCULTURALIDADE E DECOLONIALIDADE

A educação escolar indígena no Brasil é resultado das lutas históricas dos povos originários pelo reconhecimento de seus direitos, de suas identidades e de suas formas próprias de produzir e compartilhar conhecimentos. Durante séculos, a escola foi utilizada como instrumento de assimilação cultural, impondo valores, línguas e modos de vida alheios às diferentes realidades indígenas. Somente com a Constituição Federal de 1988 e com os avanços da legislação educacional brasileira consolidou-se o reconhecimento do direito dos povos indígenas a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária.

Entretanto, assegurar esse direito ultrapassa a criação de escolas indígenas ou a oferta de cursos superiores destinados à formação de professores. Como observa Gersem Baniwa (2006), a educação escolar indígena somente alcança seus objetivos quando fortalece os projetos coletivos das comunidades, reconhece seus sistemas próprios de conhecimentos e assegura aos próprios povos indígenas o protagonismo na definição dos processos educativos. Dessa forma, a escola deixa de ser um espaço de reprodução de modelos externos e passa a constituir-se como lugar de fortalecimento das identidades culturais e da autonomia dos povos originários.

Essa compreensão aproxima-se das discussões desenvolvidas pela perspectiva decolonial. Conforme argumenta Catherine Walsh (2009), uma educação intercultural crítica não consiste apenas na convivência entre culturas distintas, mas na construção de relações



capazes de questionar as estruturas históricas de poder que produziram a invisibilização dos conhecimentos de povos indígenas, afrodescendentes e demais grupos historicamente subalternizados. Nessa perspectiva, ensinar implica reconhecer a existência de diferentes epistemologias e romper com a ideia de que apenas o conhecimento científico ocidental constitui referência legítima para a produção do conhecimento.

Essa concepção dialoga com a proposta da ecologia de saberes, desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2019), segundo a qual diferentes formas de conhecer podem coexistir, complementando-se sem estabelecer hierarquias entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos produzidos pelas comunidades. No contexto da educação escolar indígena, essa perspectiva contribui para compreender o território, a oralidade, a memória coletiva, as práticas culturais e os conhecimentos ancestrais como dimensões constitutivas do processo educativo.

O próprio Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas reafirma essa compreensão ao destacar que a escola indígena deve constituir-se como espaço de valorização das línguas, dos conhecimentos tradicionais e das formas próprias de organização social de cada povo, articulando esses saberes aos conhecimentos produzidos pela sociedade envolvente (Brasil, 1998). Assim, a formação de professores indígenas exige metodologias que reconheçam o território como espaço educativo e promovam experiências que articulem teoria, prática e realidade comunitária.

É nesse contexto que se insere a formação desenvolvida na Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado de Mato Grosso (FAINDI/UNEMAT). Ao reunir acadêmicos pertencentes a diferentes povos indígenas, a instituição constitui um espaço privilegiado de diálogo intercultural, favorecendo a construção coletiva de conhecimentos e a reflexão sobre práticas pedagógicas comprometidas com as realidades vividas nas comunidades.

Mais que preparar professores para atuar em escolas indígenas, essa formação busca contribuir para a constituição de educadores protagonistas, autores de práticas pedagógicas contextualizadas, críticas e socialmente comprometidas. Nessa perspectiva, metodologias que valorizam a observação do território, a investigação, a participação coletiva e a experiência vivida tornam-se especialmente significativas, pois aproximam a formação acadêmica dos modos tradicionais de aprender presentes em muitas comunidades indígenas.

2.1 A aula-passeio e o território como espaço epistemológico na formação de professores indígenas

Nesta pesquisa, compreende-se que a aula-passeio ultrapassa a condição de estratégia



metodológica. Ao ser desenvolvida na formação de professores indígenas da FAINDI, ela permite compreender o território como espaço epistemológico, reconhecendo que os conhecimentos produzidos nas relações entre natureza, cultura, memória, ancestralidade e vida comunitária constituem dimensões essenciais da formação docente intercultural e decolonial.

Entre as contribuições de Célestin Freinet para a educação, destaca-se a aula-passeio, concebida como uma metodologia que compreende a aprendizagem para além dos limites da sala de aula. Para ele, o conhecimento nasce da observação da realidade, da curiosidade, da investigação e da interação dos estudantes com o meio em que vivem. A experiência direta com o território constitui, portanto, ponto de partida para a construção de conhecimentos significativos.

Ao propor que os estudantes observem, questionem, registrem e socializem suas descobertas, Freinet rompe com práticas centradas na transmissão de conteúdos e reconhece os educandos como sujeitos ativos do processo educativo. Conforme Sampaio (1994), a aula-passeio representa uma oportunidade para que a realidade se transforme em objeto de investigação, permitindo que a aprendizagem seja construída a partir das experiências concretas dos estudantes.

Essa perspectiva aproxima-se da concepção de Freire (2024), para quem ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e à leitura crítica do mundo. Tanto Freinet quanto Freire defendem uma educação fundamentada na curiosidade, no diálogo e na participação ativa dos sujeitos, compreendendo que o conhecimento se constrói nas relações estabelecidas entre as pessoas, o território e a realidade social.

No contexto da formação de professores indígenas, a aula-passeio adquire significado ainda mais amplo. O território deixa de ser apenas cenário da aprendizagem para tornar-se fonte de conhecimentos, espaço de memória, identidade e pertencimento. Ao observar plantas, animais, cursos d'água, formas de organização dos espaços e práticas produtivas, os acadêmicos não apenas ampliam seus conhecimentos, mas estabelecem relações entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos construídos historicamente em suas comunidades.

Sob essa perspectiva, a aula-passeio aproxima-se de uma prática pedagógica intercultural e decolonial, pois reconhece que o conhecimento não se produz exclusivamente nos livros ou na universidade. Ele também se constrói na experiência, nas relações com o território, na oralidade, na memória coletiva e nos saberes compartilhados entre gerações. Assim, a metodologia proposta por Freinet (2004) dialoga de maneira significativa com os princípios que orientam a educação escolar indígena, favorecendo processos formativos comprometidos com a valorização das diferentes formas de conhecer e interpretar o mundo.



A centralidade do território na formação de professores indígenas também se justifica porque é nele que se organizam os modos de vida, as relações sociais, as práticas culturais e os processos de produção e compartilhamento dos conhecimentos tradicionais. Para os povos indígenas, o território ultrapassa sua dimensão física, constituindo-se como espaço de pertencimento, memória e continuidade histórica. Assim, ao incorporar o território ao processo formativo, a aula-passeio favorece que os acadêmicos reconheçam os conhecimentos produzidos em suas comunidades como referências legítimas para o exercício da docência.

Essa compreensão aproxima-se do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (Brasil, 1998), ao defender que os processos educativos devem considerar os conhecimentos próprios de cada povo e estabelecer relações entre os saberes tradicionais e os conhecimentos produzidos em outros contextos. Nesse aspecto, a formação de professores indígenas amplia-se quando possibilita experiências que fortaleçam a identidade cultural, valorizem os territórios e promovam práticas pedagógicas comprometidas com as realidades vividas pelas comunidades.

Desse modo, a aula-passeio revela-se uma metodologia coerente com os princípios da educação escolar indígena, pois favorece a observação crítica da realidade, a construção coletiva de conhecimentos e o reconhecimento do território como elemento constitutivo dos processos educativos. Mais do que um recurso didático, ela representa uma oportunidade para que os futuros professores reflitam sobre sua atuação profissional a partir das experiências, dos saberes e das práticas culturais presentes em seus próprios contextos socioculturais.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida na perspectiva do relato de experiência, modalidade que possibilita analisar práticas pedagógicas a partir da reflexão crítica sobre experiências vivenciadas em contextos formativos. Conforme Daltro e Faria (2019), o relato de experiência ultrapassa a simples descrição dos acontecimentos ao promover a problematização das práticas desenvolvidas e a produção de conhecimentos fundamentados na experiência.

A investigação foi desenvolvida no âmbito da Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), durante as atividades do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena, envolvendo acadêmicos da quinta etapa pertencentes a diferentes povos indígenas do estado de Mato Grosso.

A experiência analisada consistiu na realização de uma aula-passeio inspirada nos



princípios pedagógicos de Célestin Freinet. A atividade foi planejada como estratégia de formação docente, tendo como finalidade promover a observação do território, estimular a investigação, favorecer o diálogo entre os acadêmicos e possibilitar a articulação entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes produzidos nas comunidades indígenas.

A aula-passeio foi realizada nos espaços da própria FAINDI e de seu entorno, compreendidos, neste estudo, não apenas como cenário da atividade pedagógica, mas como território de produção de conhecimentos. Durante o percurso, os acadêmicos observaram diferentes ambientes, registraram suas percepções, compartilharam experiências relacionadas às suas comunidades de origem e produziram reflexões coletivas acerca das potencialidades educativas dos espaços visitados.

Os registros produzidos ao longo da atividade constituíram o corpus de análise desta pesquisa. Foram considerados as anotações realizadas pelos acadêmicos, os registros fotográficos, as produções textuais coletivas elaboradas após a aula-passeio e as observações registradas pela professora responsável pela atividade. Esse conjunto de documentos possibilitou compreender as aprendizagens construídas durante a experiência e suas contribuições para a formação de professores indígenas.

A análise fundamentou-se na articulação entre os registros produzidos durante a aula-passeio e os referenciais teóricos que sustentam este estudo, especialmente as contribuições de Célestin Freinet (2004), Paulo Freire (2024), Gersem Baniwa (2013), Catherine Walsh (2009) e Boaventura de Sousa Santos (2019). Essa interlocução permitiu compreender a experiência para além de seus aspectos descritivos, evidenciando a aula-passeio como uma prática pedagógica intercultural e decolonial que reconhece o território como espaço epistemológico e os conhecimentos produzidos pelas comunidades indígenas como dimensões constitutivas da formação docente.

4 O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO EPISTEMOLÓGICO: A EXPERIÊNCIA DA AULA-PASSEIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

4.1 O planejamento da aula-passeio como prática formativa

A aula-passeio desenvolvida com os acadêmicos da quinta etapa do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena da FAINDI foi concebida como uma estratégia de formação docente fundamentada nos princípios da pedagogia de Célestin Freinet. Mais do que realizar uma atividade fora da sala de aula, buscou-se construir uma experiência capaz de aproximar os acadêmicos do território, promovendo a observação, o diálogo, a investigação e a produção



coletiva de conhecimentos.

A escolha dessa metodologia partiu da compreensão de que a formação de professores indígenas precisa dialogar com experiências que reconheçam os territórios como espaços educativos. Nesse sentido, a aula-passeio foi organizada de modo que os acadêmicos percorressem ambientes que fazem parte de seu cotidiano na instituição, mas que, frequentemente, permanecem invisibilizados pela rotina das atividades acadêmicas. A proposta consistia em observar esses espaços sob outra perspectiva, problematizando suas características, suas possibilidades e suas relações com os modos de vida presentes nas comunidades indígenas.

Essa concepção aproxima-se da pedagogia freinetiana ao compreender que o conhecimento não se limita aos conteúdos sistematizados em sala de aula, mas emerge da interação entre os sujeitos e a realidade que os cerca. Entretanto, na experiência desenvolvida na FAINDI, a aula-passeio assume um significado ampliado. O território deixa de constituir apenas o cenário da aprendizagem e passa a ser compreendido como espaço epistemológico, no qual memória, cultura, ancestralidade, práticas comunitárias e relações com a natureza constituem fontes legítimas de produção do conhecimento.

Sob essa perspectiva, a atividade também dialoga com os princípios da educação escolar indígena e das epistemologias decoloniais. Ao reconhecer os conhecimentos produzidos nas comunidades como parte constitutiva da formação docente, rompe-se com a compreensão de que apenas o espaço escolar ou universitário produz saberes válidos. A formação passa a valorizar os conhecimentos construídos nas experiências coletivas, na oralidade, no território e nas práticas culturais dos diferentes povos indígenas representados na turma.

4.2 O percurso e os conhecimentos produzidos no território

O percurso iniciou-se pelos espaços externos da FAINDI, momento em que os acadêmicos passaram a observar elementos que normalmente integram sua rotina, mas que raramente eram percebidos como possibilidades pedagógicas. O campo de futebol, por exemplo, deixou de ser compreendido apenas como espaço de lazer e passou a ser analisado em relação às suas condições de infraestrutura e às possibilidades de utilização em atividades educativas e comunitárias.

Ao longo da caminhada, diferentes ambientes despertaram reflexões acerca das relações entre natureza, cultura e educação. As áreas destinadas ao cultivo de mandioca, banana e outras espécies agrícolas favoreceram o compartilhamento de conhecimentos tradicionais relacionados ao plantio, ao manejo da terra e aos diferentes usos desses alimentos nas



comunidades indígenas. Mais do que identificar espécies vegetais, os acadêmicos estabeleceram relações entre suas experiências de vida, seus territórios de origem e os conhecimentos produzidos coletivamente por seus povos.

A observação do apiário, da horta, das áreas de cultivo e dos sistemas de irrigação ampliou as discussões sobre sustentabilidade, produção de alimentos e preservação ambiental. Em diversos momentos, os acadêmicos relacionaram as práticas observadas às formas de organização presentes em suas comunidades, evidenciando que os conhecimentos construídos durante a aula-passeio não surgiam apenas da observação do ambiente, mas do diálogo permanente entre diferentes experiências culturais.

Um dos momentos mais significativos ocorreu durante a visita à lagoa existente no campus. A presença de plantas nativas, da roda d'água, da jangada de bambu e da vegetação característica despertou lembranças das aldeias de origem dos acadêmicos. O território observado passou, então, a ser interpretado a partir de memórias, afetos e conhecimentos compartilhados, revelando que os espaços educativos também são constituídos pelas relações simbólicas estabelecidas entre os sujeitos e seus territórios.

Essa experiência evidencia que o território não é compreendido apenas em sua dimensão geográfica. Ele constitui um espaço de produção de conhecimentos, no qual natureza, cultura, memória e ancestralidade se articulam continuamente. É justamente nessa perspectiva que a aula-passeio ultrapassa seu caráter metodológico para assumir uma dimensão intercultural e decolonial, favorecendo o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e as epistemologias indígenas.

As observações realizadas durante o percurso também corroboraram que um mesmo espaço pode assumir diferentes significados conforme as experiências culturais dos sujeitos que o interpretam. Elementos da paisagem que poderiam ser percebidos apenas por suas características físicas começaram a ser compreendidos pelos acadêmicos como referências vinculadas à memória, às práticas produtivas, às formas de organização comunitária e às relações estabelecidas entre as pessoas e a natureza. Esse movimento amplia a compreensão do território como um espaço vivo de produção e circulação de conhecimentos, reafirmando seu papel na formação de professores indígenas.

4.3 A produção coletiva de conhecimentos: do território à reflexão pedagógica

O retorno à sala de aula não representou o encerramento da aula-passeio, mas o início de um novo momento formativo. As observações realizadas durante o percurso foram



retomadas coletivamente, permitindo que cada acadêmico compartilhasse suas percepções, experiências e interpretações acerca dos espaços visitados. Esse movimento possibilitou compreender que a aprendizagem não ocorreu apenas durante a caminhada, mas foi ampliada no diálogo estabelecido entre os diferentes sujeitos e suas trajetórias de vida.

Ao socializarem suas observações, os acadêmicos evidenciaram que um mesmo espaço pode produzir diferentes leituras, dependendo das experiências culturais e dos conhecimentos construídos por cada povo indígena. Plantas, cursos d'água, formas de cultivo, espécies animais e práticas de manejo da terra despertaram memórias e saberes específicos, revelando a pluralidade de conhecimentos presentes no próprio grupo. Essa diversidade conferiu ao processo formativo um caráter genuinamente intercultural, pois possibilitou que diferentes modos de compreender o território dialogassem em um mesmo espaço educativo.

Nessa perspectiva, o conhecimento deixou de ser compreendido como resultado da simples transmissão de conteúdos para constituir-se como produção coletiva, construída na interlocução entre as experiências vividas, os conhecimentos acadêmicos e os saberes tradicionais compartilhados pelos acadêmicos. Conforme Paulo Freire (2024), ensinar e aprender constituem processos inseparáveis, nos quais educadores e educandos aprendem conjuntamente por meio do diálogo e da problematização da realidade.

Ao mesmo tempo, essa construção coletiva aproxima-se da proposta de Freinet, para quem a aprendizagem ganha significado quando os estudantes participam ativamente da investigação, da observação e da socialização de suas descobertas. Entretanto, na experiência desenvolvida na FAINDI, essa perspectiva amplia-se ao incorporar os conhecimentos produzidos nos territórios indígenas como referências fundamentais para a formação docente. Não se trata apenas de aprender com o território observado, mas de reconhecer que nele se produzem conhecimentos historicamente construídos pelas comunidades.

Outro aspecto relevante refere-se ao caráter coletivo da construção do conhecimento. Durante as socializações, os acadêmicos recorreram às experiências vividas em diferentes povos indígenas, compartilhando interpretações, práticas culturais e formas de organização que ampliaram a compreensão do grupo sobre o território. Esse processo demonstrou que a aprendizagem não se restringiu às observações individuais realizadas durante o percurso, mas foi continuamente reelaborada nas interações estabelecidas entre os participantes, fortalecendo o diálogo intercultural e a valorização da diversidade de conhecimentos presentes na turma.

Sob esse aspecto, a aula-passeio rompe com perspectivas que compreendem o conhecimento científico como única referência legítima para a formação de professores. Ao valorizar a oralidade, as memórias, os conhecimentos ancestrais e as relações estabelecidas com



o território, a experiência evidencia que diferentes epistemologias coexistem e dialogam na construção do conhecimento. Essa compreensão aproxima-se da ecologia de saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos (2019), ao reconhecer que nenhuma forma de conhecimento é suficiente em si mesma e que o diálogo entre diferentes saberes amplia as possibilidades de compreender a realidade.

Dessa forma, o território deixa de constituir apenas o espaço onde a aprendizagem acontece para tornar-se sujeito da própria experiência educativa. As relações estabelecidas entre natureza, cultura, memória, ancestralidade e práticas comunitárias revelam que os conhecimentos produzidos nos territórios indígenas não representam exemplos ou ilustrações dos conteúdos escolares, mas constituem referenciais epistemológicos fundamentais para a formação de professores comprometidos com uma educação intercultural.

4.4 A aula-passeio como prática intercultural e decolonial

As reflexões produzidas a partir da experiência desenvolvida na FAINDI permitem compreender que a aula-passeio ultrapassa a condição de estratégia metodológica. Ao reconhecer o território como espaço de produção de conhecimentos e ao valorizar as experiências dos acadêmicos como parte constitutiva do processo formativo, essa prática aproxima-se de uma perspectiva intercultural e decolonial de educação.

A interculturalidade presente na experiência não se restringe ao encontro entre diferentes culturas. Ela manifesta-se na construção de relações horizontais entre distintas formas de produzir conhecimentos, reconhecendo que os saberes acadêmicos e os conhecimentos indígenas dialogam sem que um se sobreponha ao outro. Conforme Catherine Walsh (2009), a interculturalidade crítica pressupõe justamente o questionamento das relações históricas de poder que hierarquizaram determinados conhecimentos em detrimento de outros. Nessa direção, a aula-passeio favoreceu a construção de um espaço formativo no qual diferentes epistemologias puderam ser compartilhadas, problematizadas e reconhecidas como igualmente relevantes.

Essa perspectiva também evidencia o caráter decolonial da experiência. Durante muito tempo, os processos educativos destinados aos povos indígenas estiveram fundamentados em modelos escolares que desconsideravam seus territórios, suas línguas e seus conhecimentos tradicionais. A experiência desenvolvida na FAINDI caminha em sentido oposto ao reconhecer que os territórios indígenas produzem conhecimentos, memórias e práticas culturais indispensáveis à formação docente.

Ao dialogar com a pedagogia de Freinet, essa experiência não reproduz mecanicamente



uma metodologia construída em outro contexto histórico e cultural. Ao contrário, ressignifica seus princípios no contexto da educação escolar indígena, conferindo novos sentidos à aula-passeio. O território deixa de representar apenas um recurso didático e passa a constituir uma dimensão epistemológica da formação docente, articulando conhecimentos científicos, saberes tradicionais, experiências comunitárias e práticas culturais.

É nesse movimento que a aula-passeio assume sua maior contribuição para a formação de professores indígenas. Mais que favorecer a observação do espaço, ela possibilita reconhecer que ensinar e aprender implicam compreender o território como lugar de memória, identidade, pertencimento e produção de conhecimentos. A formação docente deixa, assim, de apoiar-se exclusivamente em referenciais externos às comunidades e passa a reconhecer as epistemologias indígenas como fundamento da prática educativa.

Nessa perspectiva, defende-se que a aula-passeio, ao ser ressignificada no contexto da formação de professores indígenas da FAINDI, constitui uma prática pedagógica intercultural e decolonial, pois reconhece o território, os conhecimentos tradicionais e as experiências dos povos indígenas como dimensões constitutivas da produção do conhecimento. Essa compreensão sintetiza a principal contribuição desta experiência e reafirma a necessidade de processos formativos comprometidos com o protagonismo dos povos indígenas e com o fortalecimento de uma educação escolar construída a partir de seus próprios territórios, saberes e projetos de vida.

Outro aspecto evidenciado durante a atividade refere-se ao fortalecimento da identidade profissional dos futuros professores indígenas. Ao vivenciarem uma proposta que reconhece seus territórios e seus conhecimentos como elementos constitutivos da formação docente, criam-se condições para que os acadêmicos reflitam sobre o exercício da profissão, considerando que ele não se restringe à reprodução de conteúdos escolares, mas envolve também a valorização dos saberes produzidos pelas comunidades às quais pertencem. Essa reflexão pode contribuir para a construção de uma atuação contextualizada, crítica e comprometida com os projetos coletivos de cada povo.

Além disso, vivências dessa natureza favorecem a elaboração de propostas que poderão ser reinterpretadas e realizadas posteriormente nas escolas indígenas em que esses acadêmicos atuarão. Ao reconhecerem o potencial educativo do território, os futuros professores ampliam seu repertório para o planejamento e podem identificar rios, matas, roças, espaços comunitários, narrativas orais e outros elementos presentes nas aldeias como referências para atividades articuladas às especificidades culturais de cada comunidade.

Nessa perspectiva, a aula-passeio reafirma que a formação docente intercultural não se



limita à apropriação de metodologias de ensino, mas compreende a construção de ações educativas que dialoguem com os territórios, as memórias coletivas e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Nesse movimento, a experiência desenvolvida na FAINDI permite compreender a proposta freinetiana em diálogo com as epistemologias indígenas, evidenciando as contribuições dessa articulação para uma educação comprometida com a interculturalidade, a decolonialidade e o fortalecimento das identidades indígenas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência analisada neste estudo permitiu compreender que a aula-passeio, desenvolvida na formação de professores indígenas da Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI/UNEMAT), ultrapassa a condição de estratégia metodológica para constituir-se como uma prática pedagógica intercultural e decolonial. Ao reconhecer o território como espaço epistemológico, a atividade desenvolvida evidenciou que os conhecimentos produzidos nas relações entre natureza, cultura, memória, ancestralidade e vida comunitária integram os processos de formação docente e ampliam as possibilidades de construção do conhecimento.

As reflexões produzidas ao longo do percurso formativo demonstraram que a formação de professores indígenas se fortalece quando promove o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes construídos historicamente pelos povos indígenas. Nessa perspectiva, a aula-passeio favoreceu a problematização da realidade, a observação crítica dos espaços, a produção coletiva de conhecimentos e a valorização das experiências compartilhadas pelos acadêmicos, reafirmando o protagonismo dos sujeitos em seu próprio processo formativo.

Ao dialogar com a pedagogia de Célestin Freinet, a experiência não se limitou à reprodução de uma metodologia concebida em outro contexto histórico e cultural. Ao contrário, seus princípios foram reinterpretados no contexto da educação escolar indígena, adquirindo novos sentidos a partir das epistemologias presentes nos territórios indígenas. Essa resignificação evidencia que práticas pedagógicas consolidadas podem assumir novos significados quando dialogam com diferentes formas de produzir, compartilhar e legitimar conhecimentos.

Nessa direção, considera-se que uma das principais contribuições deste estudo consiste em compreender o território não apenas como espaço físico onde a aprendizagem acontece, mas como espaço epistemológico, no qual diferentes conhecimentos, memórias, práticas culturais e experiências coletivas constituem referências fundamentais para a formação docente. Essa perspectiva amplia as possibilidades de pensar a formação de professores indígenas para além dos referenciais escolares tradicionais, reconhecendo a centralidade das epistemologias



indígenas na construção de práticas educativas comprometidas com a interculturalidade e a decolonialidade.

Embora a experiência apresentada esteja vinculada ao contexto específico da FAINDI, seus resultados indicam possibilidades de reflexão para outros processos de formação docente desenvolvidos em contextos interculturais. A valorização dos territórios, dos conhecimentos tradicionais e das experiências comunitárias revela-se um caminho promissor para a construção de práticas pedagógicas que fortaleçam o protagonismo dos povos indígenas e contribuam para uma educação comprometida com a pluralidade de saberes.

Por fim, este estudo reafirma que a aula-passeio, ao ser ressignificada na formação de professores indígenas, deixa de constituir apenas uma metodologia de ensino para transformar-se em uma prática formativa que reconhece os territórios indígenas como espaços de produção de conhecimentos. Mais do que relatar uma experiência pedagógica, este artigo propõe uma reflexão sobre as possibilidades de construção de processos educativos interculturais e decoloniais, nos quais diferentes epistemologias dialogam em condições de legitimidade, contribuindo para a formação de professores comprometidos com seus territórios, suas comunidades e seus projetos coletivos de futuro.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas. In: **Reunião Nacional da Anped**, 36., 2013, Goiânia. Goiânia: ANPED, 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, jan./abr. 2019. DOI: 10.12957/epp.2019.43015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/43015/29726>. Acesso em: 10 jul.2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREINET, Célestin. **Pedagogia do bom senso**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 79. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2024.

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. **Freinet**: evolução histórica e atualidades. São Paulo: Scipione, 1994.



WALSH, Catherine. **Interculturalidad, estado, sociedad:** luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.